

# NOTAS ECONÓMICAS

4

**ROBERT BOYER** LES CAPITALISMES VERS LE XXI<sup>ème</sup> SIÈCLE (II)

**J. ROMERO DE MAGALHÃES** OS CONCELHOS NA ECONOMIA PORTUGUESA DE ANTIGO REGIME

**J. A. SOARES DA FONSECA / FÁTIMA SOL** O MODELO DE PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ DE TOBIN

**LUÍS PERES LOPES** MANUFACTURING PRODUCTIVITY IN PORTUGAL

**MARIA ANTONINA LIMA** NÉO-PROTECTIONNISME ET DÉSORGANISATION DES MARCHÉS

**B. JAY COLEMAN / MARK A. McKNEW** IDENTIFYING A DOMINANT MULTILEVEL LOT SIZING HEURISTIC FOR USE IN MRP RESEARCH

**J. G. XAVIER DE BASTO** UMA REFLEXÃO SOBRE A ADMINISTRAÇÃO FISCAL

**LINO FERNANDES** GLOBALIZAÇÃO, MERCADO ÚNICO E ECONOMIAS DE PROXIMIDADE

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NÚMERO 4 / Novembro 94 / PÁGINA 1-300 / ISSN 0872-4723



que constitui a pedra de toque da sua análise (a questão da produtividade), e conclui que são dois os riscos a que a "fixação" na competitividade leva aquele pensamento. O primeiro é o risco de uma guerra comercial derivada das tentações proteccionistas. O segundo é que o excesso de importância dada ao plano internacional subestima as questões internas da economia americana e, aí, os seus verdadeiros problemas.

Terão as recentes eleições americanas alguma coisa a ver com isto? O pêndulo continua em movimento?

José Reis

### Philippe Delmas (1993)

***O Senhor do tempo — A modernidade da acção do Estado***, Porto, Edições Asa, Coleção "Em economia aberta", 1, 384 p., (tradução de Teresa Lello e Cristiano Lello). Edição original: *Le maître des horloges*, Editions Odile Jacob, 1991

A editora Asa deu início à publicação de uma nova colecção dedicada às questões económicas. Sob a designação genérica de "Em economia aberta", serão colocadas à disposição do público português traduções de obras de debate e investigação no campo da ciência económica. A abertura desta colecção coube a Philippe Delmas, através do seu *O Senhor do tempo — Le maître des horloges* no original.

O economista francês toma como ponto de partida da sua obra o pressuposto de que a história recente das sociedades desenvolvidas, nomeadamente a dos países anglo-saxónicos, mostrou à sociedade os limites da (não)política do anti-intervencionismo universal ou, nas palavras do autor, dos "mitos do Estado mínimo".

A denúncia do "auto-afundamento" da lógica liberal feita nesta obra retorna em larga medida a argumentos já propostos por Schumpeter. É de novo aduzido o argumento da irreversibilidade do processo de concentração empresarial. Na versão de Delmas, esta concentração é resultado directo quer da "concorrência pelo investimento", processo pelo qual as grandes empresas aceitam baixas taxas de retorno de maciços investimentos, sufocando os concorrentes de menor dimensão, quer pelas insuficiências em matéria de rigor dos pequenos fornecedores das grandes multinacionais, criando as condições para uma sucessão de integrações verticais a montante. Conclusão: o mecanismo do mercado, deixado à sua própria sorte, cai precisamente no tipo de situações que supostamente deveria evitar. Adicionalmente, são referidos os efeitos nocivos da "preferência pelo presente" e da privatização dos riscos sociais. A partir daí, Philippe Delmas procura desenhar os contornos da "diferença entre uma intervenção pública, por muito forte que seja, e a estatização" (Delmas,

1993: 289). O esforço teórico feito pretende provar que, ao contrário da crença corrente, a acção do Estado e o funcionamento do mecanismo do mercado não são conflituais e mutuamente exclusivos, mas sim compatíveis e, inclusivamente, simbióticos. Mas o autor vai mais longe garantindo-nos que a acção do Estado, engendrada em moldes inovadores, é tida como condição necessária para que o mecanismo da concorrência possa efectivamente funcionar. Grande parte da obra é dedicada, portanto, à explicação da natureza dos moldes inovadores da acção pública que possam provocar um despertar do “Estado envergonhado” e que ultrapassem a habitual reivindicação de maiores meios e verbas. Residirá, por certo, neste ponto o contributo mais inovador de *O Senhor do tempo*.

As propostas de Delmas, é preciso dizê-lo, presumem a aceitação do mercado como o menos mau dos meios conhecidos para mais bem afectar os recursos disponíveis. O que se propõe é que a acção do Estado sustente de forma capaz o funcionamento desse mesmo mercado. As receitas sugeridas destinam-se portanto a assegurar que os processos de concentração e integração sejam evitados e que a subsistência das empresas de diversas dimensões seja garantida.

O conjunto de ideias apresentado assenta em dois pontos principais: um, o mais importante, o da introdução da variável tempo como peça determinante do sentido e das formas assumidas pela acção estatal; o outro relaciona-se com a necessidade do Estado fomentar (ou obrigar) o aparecimento de relações de natureza contratual entre diversas entidades (empresas entre si e entre empresas e universidades, por exemplo) que possam subtrair-se à lógica estrita da concorrência.

A primeira das questões referidas — a da acção estatal como instância “sincronizadora” — é muito pouco frequente nos discursos político e económico. Talvez por isso mesmo, tenha sido este o tema invocado no título. O ponto de vista de Delmas assenta na ideia da incompatibilidade entre a “excessiva velocidade” do mercado e as exigências de racionalidade a que as empresas estão sujeitas, por um lado, e as necessidades de gestão dos prejuízos sociais decorrentes das

transformações tecnológicas, por outro. Caberá ao Estado um papel de intermediação, o qual, exercido através de um conjunto de apoios decrescentes às empresas, lhes permita planejar a sua acção com horizontes temporais mais longos, que possam garantir a manutenção e a estabilidade dos grupos de trabalhadores, que garantam os equilíbrios e a coesão dentro das empresas e no ambiente industrial. No fundo, o Estado deverá facultar (forçar) a possibilidade de serem admitidos retornos baixos dos investimentos feitos, fazendo aliviar a obsessão dos relatórios trimestrais e fazendo participar as empresas num verdadeiro “contrato social”, que não transforme as empresas numa “zona franca social”, com evidentes prejuízos para toda a sociedade. Philippe Delmas apoia as suas teses na comparação entre os resultados obtidos na Europa Continental (nomeadamente na Alemanha) e nos Estados Unidos, onde a ausência da sincronização levada a cabo pelo Estado provocou o conjunto de desequilíbrios acima enunciados.

O outro ponto assenta na concepção da “tecnologia como infraestrutura”, o que, naturalmente, implica uma grande circulação dos (novos) saberes. Uma tarefa decerto complexa de ser levada à prática. As pessoas e as empresas são fortemente ciosas das suas descobertas científicas e a sua partilha não é desejada. O que Delmas procura mostrar é que essa partilha é fundamental para que os erros cometidos nos Estados Unidos não o sejam noutros países. Trata-se de evitar que o tecido industrial não seja polarizado entre um sector de ponta, de inovação constante, fortemente dirigido à satisfação de necessidades militares e, conseqüentemente, protegido, mas que não difunde riqueza nem modernidade, e um outro, de tecnologia crescentemente obsoleta, de rentabilidade reduzida e falências frequentes. Pretende-se recuperar a noção de interesse geral, agora aplicada à indústria, conjugada com a preocupação dos valores de equilíbrio e coesão no meio industrial. Nas palavras do autor, a política industrial deve poder conduzir a uma verdadeira “sociedade de empresas”.

Fica por saber se o programa proposto por Delmas, uma espécie de “capitalismo de rosto humano”, que não é inédito entre a





intelectualidade francesa, não se confrontará, na prática, com a natureza egoísta e concorrencial dos agentes económicos. Fica também por saber se, afinal, a vertigem dos mercados e da constante modernização tecnológica, ainda que implicando a exclusão de muitos, não será tão-só o resultado dos mais básicos instintos humanos.

A quantidade de informação disponível em *O Senhor do tempo* é significativa. A obra está profusamente ilustrada com exemplos numéricos referentes aos Estados Unidos, Japão, Inglaterra, Alemanha e França. Para cada um dos países, os resultados obtidos são aferidos em função da proximidade entre as políticas efectivamente postas em prática em cada um deles e as que Delmas propõe.

Uma nota final para a boa qualidade da tradução, pouco habitual no panorama editorial português, e esperamos venha a ter continuidade nos próximos títulos desta colecção.

José Fernando Guedes Correia